

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO
PAE CHIPAIÁ**

**Cachoeira do Ararí – Marajó – Pará
Abril - 2015**

Dados Gerais

Projeto
ATER-Marajó – Chamada Pública 01/2013 – INCRA SEDE
Ano 2013 – Lote 19

Realização
Instituto Peabiru

Diretor
João Meirelles Filho

Equipe Técnica e de campo
Thiara Fernandes
Rosemiro Rodrigues
Paula Vanessa Silva
Ana Rachel Broni
Ediana Tavares
Elvesson Ferreira
Gilberto Azevedo
Gilberto Oliveira
Elaine Gouvêa
Anete Ribeiro

Elaboração do documento
Paula Vanessa Silva

Revisão
Thiara Fernandes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	6
3. RESULTADOS ALCANÇADOS	7
3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL	7
3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS	10
3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS	15
4. AVALIAÇÃO DA OFICINA	17
5. CONCLUSÃO	17

1. INTRODUÇÃO

Neste documento são apresentados os resultados da construção do Plano de Desenvolvimento Participativo do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Chipaiá, localizado no município de Cachoeira do Ararí – Marajó - Pará. A atividade faz parte das ações previstas na Chamada Pública 01/2013 INCRA Sede, Lote 19 (Ponta de Pedras e Cachoeira do Ararí) para Projetos de Assentamento Agroextrativistas.

A chamada tem como objetivo implantar atividades produtivas sustentáveis familiares e coletivas, assim como processos de comercialização, visando à segurança alimentar, a inclusão produtiva e social das famílias beneficiárias da reforma agrária, especialmente de mulheres e jovens, e o incremento da renda.

A primeira etapa deste processo foram as **Visitas para diagnóstico da unidade familiar** (atividade 1.2), realizada em dezembro de 2014, que consistiam na aplicação de questionários às famílias assentadas, os quais abordaram aspectos econômicos, sociais, ambientais e produtivos. A segunda constituiu-se na **Elaboração de diagnóstico das atividades produtivas e dos empreendimentos familiares e/ou coletivos das comunidades beneficiárias** (atividade 1.3). A partir da análise das informações obtidas com DRP e de uma reunião com os assentados e assentadas, foi construído o **Plano Participativo** (2.1), o qual é estruturado da seguinte forma:

- Plano de organização social;
- Projeto de Desenvolvimento da Atividade Produtiva e/ou Projeto de Desenvolvimento do Empreendimento;
- Plano de Comercialização;

Cada item do Plano Participativo visa definir ações de curto, médio e longo prazo, visando a qualificação da produção, comercialização, infraestrutura, gestão comunitária, organização social, recuperação, regularização e licenciamento do uso dos recursos naturais, realização de simulações de composição de atividades agroextrativistas e não agroextrativistas. Foi discutido de acordo com a metodologia descrita no item a seguir.

2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A realização do Plano Participativo seguiu as orientações básicas da Chamada Pública de ATER, a qual prevê uma oficina de três dias, 24h. Para cada dia de trabalho foi proposto que assentados discutissem, respectivamente, os seguintes temas: a) plano da organização social; b) projeto de desenvolvimento produtivo; e, por fim c) plano de comercialização.

Para contextualizar a discussão e construção dos planos, foi feita uma devolutória do DRP, identificando assim os gargalos da organização social, atividades produtivas e comercialização no PAE.

Para auxiliar na construção do Plano Participativo, a equipe de moderadores baseou-se na metodologia utilizada na construção do Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares, do *Projeto Agenda 21*, desenvolvido pelo Instituto Peabiru no período de fevereiro de 2009 a maio de 2014, na Vila dos Palmares, município de Moju – PA, na qual foram identificadas, a partir de um diagnóstico, as principais demandas da comunidade e assim, foi proposto encaminhamentos para cada demanda. Sendo assim, utilizamos as perguntas do quadro, direcionadas a cada problema identificadas no DRP, construindo assim encaminhamentos de curto, médio e longo prazo.

Problemas identificados	O que precisamos fazer para resolver?	O que podemos resolver agora?	O precisamos da ajuda de fora?	Responsável da comunidade?	Órgãos competentes?
-------------------------	---------------------------------------	-------------------------------	--------------------------------	----------------------------	---------------------

Durante a atividade fez-se uso da abordagem participativa, a qual é utilizada em diferentes projetos desenvolvidos pelo Instituto Peabiru, com intuito de assegurar o envolvimento dos integrantes na atividade e nas ferramentas propostas, pois permite ao pesquisador responder perguntas sobre *que* tipo de conhecimento se quer e necessita, a *quem* se dirige e *quem* vai dele se beneficiar (GOMES, 2001).

Para desenvolver cada tema e construir os planos, a equipe de moderadores fez a socialização dos resultados do DRP e em seguida identificou os principais problemas relacionados à organização social, atividades produtivas e comercialização da produção, os quais são o foco desta atividade.

Cada demanda/problema identificado foi anotado em folhas de papel 40kg e distribuídos entre os assentados, os quais foram divididos em grupos de 3 a 5 pessoas para discutir as questões específicas. O resultado da dinâmica foi socializado com os demais participantes da oficina e abriu-se espaço para debater as proposições do grupo, o resultado final foi sistematizado nos quadros. Além disso, durante a atividade, alguns acordos e encaminhamentos já foram feitos, a fim de solucionar as demandas.

Para sistematização as informações, neste documento, utilizaremos o seguinte formato:

Demandas	Justificativa	ENCAMINHAMENTOS		
		Quais são as ações necessárias para que esta demanda seja solucionada?	Quem deve realizar estas ações?	Como estas ações devem ser realizadas?

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O resultado das dinâmicas de grupo realizadas com os assentados é apresentado a seguir em tópicos, de acordo com o proposto na chama pública para construção do Plano Participativo. Participaram da oficina 42 duas mulheres e dois homens, que somados representam aproximadamente 12% dos assentados.

3.1. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Para construir o Plano da Organização Social, o ponto de partida foi o cartaz com a Análise FOFA elaborada durante a oficina de DRP (figura 01), sendo feita a atualização de algumas informações e destacados os gargalos para o desenvolvimento do Plano Participativo.

Figura 01: Cartaz construído a partir da ferramenta Análise FOFA.

Foi destacado o grupo formado por mulheres, as quais participaram de oficinas sobre “confeção de biojóias” e artesanato em crochê promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Atualmente este grupo não desenvolve nenhum tipo atividade, pois, segundo as mesmas, “o SENAC deu o ponta pé inicial fazendo o curso, mas não deu continuação, não deu

incentivo para vender os produtos” e as artesãs “tinham vergonha de vender suas peças”. Além disto, as sementes e outros materiais utilizados na produção eram comprados fora da comunidade, pois o processo de beneficiamento depende de equipamentos que o grupo não possui.

Não obstante, as mulheres que faziam parte do grupo, demonstram interesse em desenvolver algum tipo de atividade, sendo citada a oficina de “corte e costura” visto que o assentamento em breve terá acesso à energia elétrica proveniente do Programa Luz para Todos.

É destacado por um dos participantes da oficina que:

“Que existem trabalhos que são fora da realidade e que acha que camarão seria uma boa fonte de renda para as mulheres porque tem retorno, diz que acompanhou as bijouterias, mas que acha que não tem retorno”. (Silvio – Assentado)

Em relação à Associação Mista dos Moradores e Trabalhadores Rurais e Pescadores Artesanais de Chipaiá (AMTRAPESC), foram destacados os problemas relacionados à diretoria como: a) a tesouraria não realizava prestação de contas; b) a comunicação entre a diretoria e os sócios, não funcionava bem; c) baixa participação dos mesmos nas atividades da associação; d) falta de pagamento das mensalidades; e) os sócios não conhecem o estatuto da organização.

Também foi relatada a mudança da diretoria da associação, alguns meses após a reunião de diagnóstico, visto que a mesma estava irregular na ocasião. Entretanto, é ressaltada a necessidade de instruir os membros da associação, conforme destaca o ex-presidente da AMTRAPESC.

“Tem pessoas que são novas no trabalho e tem pessoas que não tem visão e que devia ter curso de formação de novas lideranças, que eles não sabem o que fazer na sua função”. (Silvio – assentado)

A seguir (quadro 1) estão representados os problemas relacionados a organização social e as propostas para solucioná-los.

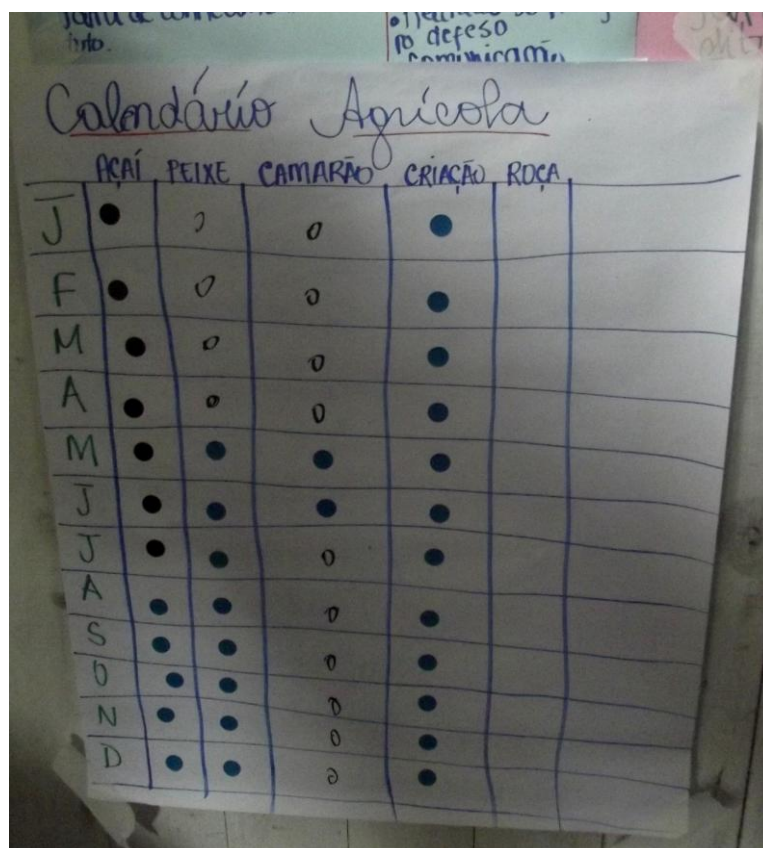
Tabela 1: Plano da Organização Social.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
		QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Falta de pagamento das mensalidades	Os sócios não possuem carteirinha de associado.	Organizar e elencar os assuntos por prioridade e discutir propostas para solucioná-los.	Diretoria executiva juntamente com Conselho Fiscal e Sócios da AMTRAPESC.	Realização de reuniões para tratar os temas ou em Assembleia Geral.
Não há prestação de contas da associação.	Segundo os membros a associação não têm realizado atividades que gerem recursos a mesma.			
Falta de participação da diretoria executiva da AMTRAPESC em reuniões.	Comunicação dentro da associação não funciona bem. Sócios que moram na área de terra firme relatam não serem comunicados para as atividades. Além de conflitos políticos partidários dentro da mesma que contribuem para desarticulação das atividades.	Criar uma agenda de reuniões da diretoria não vinculada a partidos. Enviar convites impressos e protocolar quando necessário.	AMTRAPESC	Construção de um plano de ação para a associação.
Baixa participação dos sócios em reunião mobilizadas pela diretoria da AMTRAPESCA		Necessidade de instruções sobre o funcionamento de uma associação.	Instituto Peabiru	Realização de uma oficina de Fortalecimento Organizacional.

3.2. PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Para desenvolver o projeto produtivo, foi apresentado o calendário agrícola construído com informações obtidas no DRP (figura 2). Os presentes foram questionados sobre os principais problemas relacionados a produção do açaí e o extrativismo do peixe e do camarão.

Foi destacado que o há um problema frequente, principalmente na entressafra, período em que o preço da rasa é mais alto (aproximadamente R\$ 40,00) sendo citado que “tá pouco [o açaí], pois colhem o açaí sem estar maduro”, havendo muita perda, pois os demais cachos não amadurecem. Este fato está relacionado ainda a pressão/demanda dos marreteiros pela produção. Também foi exposto que a comunidade já tentou fazer um acordo entre as famílias extrativistas, porém este não obteve resultado e o problema perdura.



	AÇAÍ	PEIXE	CAMARÃO	CRIAÇÃO	ROÇA
J	●	○	○	●	
F	●	○	○	●	
M	●	○	○	●	
A	●	○	○	●	
M	●	●	●	●	
J	●	●	●	●	
J	●	●	○	●	
A	●	●	○	●	
S	●	●	○	●	
O	●	●	○	●	
N	●	●	○	●	
D	●	●	○	●	

Figura 2: Calendário das atividades produtivas.

✓ **Açaí**

Principal problema do açaí, segundo os extrativistas é a seca. Doença fitossanitária que afeta as árvores ocasionando a seca e a queda prematura dos frutos.

✓ **Peixe**

A pirataria foi citada como um dos principais problemas, tanto na pesca realizada na baía, quanto dentro da área do assentamento, onde ocorrem furtos de apetrechos de pesca e assalto nas residências. Também foi relatada a entrada de barcos de pesca com redes de arraste, nas proximidades do PAE, os quais não pertencem a Cachoeira do Ararí. Foram citados os municípios de Belém, Abaetetuba, Mosqueiro e São Caetano de Odivelas, além do Distrito de Icoaraci.

Não obstante foi ressaltada a diminuição na quantidade de pescado nos rios, fator que pode estar relacionado ao aumento populacional, a partir da Política de Regularização Fundiária, que atraiu pessoas que não residiam mais na comunidade em busca de terra, assim como os benefícios Reforma Agrária. Outro fator é citado é a pesca no período do defeso, visto que o Seguro Defeso atrasa, e as famílias precisam realizar a pesca para garantir a segurança alimentar. O lixo que é jogado no rio, também é considerado um elemento que contribui para a diminuição deste recurso natural.

Também foi destacada a existência de um grupo de mulheres, que desenvolveu atividades com a produção de biojóias, porém devido a dificuldade de comercialização deixar de realizar a atividade, assim como não se reúnem mais. Entretanto, há um interesse em desenvolver uma atividade produtiva, como a reativação de um tanque de piscicultura.

✓ **Camarão**

Em relação ao camarão, foi destacado que um dos problemas é a gradativa diminuição do tamanho ao longo dos anos, assim como a quantidade existente nos rios, os quais são associados ao manejo (quantidade de matapis por família e o tipo utilizado) e ao depósito de lixo nos rios feito pelas famílias.

Foi apresentada a experiência de troca do matapi no município de Abaetetuba. O apetrecho tradicionalmente utilizado, foi substituído por outro denominado “matapí ecológico”. Sendo destacado que após a troca o camarão ficou mais “graúdo” e que a facilidade pra vender é bem maior, além de haver um perceptível aumento na produção. Foi destacado que a princípio, logo após a troca do apetrecho, os extrativistas sentiram a diferença na quantidade capturada, a qual sofreu diminuição, pois este facilita a saída de camarões pequenos. Entretanto, a própria comunidade, juntamente com auxílio da associação, tomou consciência de esperar. A seguir (quadro 2) estão destacados os problemas identificados e os encaminhamentos dados durante a reunião.

Tabela 2: Projeto de desenvolvimento das atividades produtivas.

	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
			QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Açaí	Coleta de açaí no período da entressafra.	Devido ao alto preço da rasa neste período, os extrativistas realizam a coleta de frutos, alguns ainda em fase de	Realizar acordos para coleta dos frutos no período da entressafra.	Assentados e Instituto Peabiru.	Buscar informações no INCRA e No IBRAMA se existem mecanismos legais que restringem ou limitam a prática que está sendo realizada.
	Demanda do mercado consumidor.	maturação, prejudicando o desenvolvimento dos demais.	Identificar mercados alternativos, para que os extrativistas tenham outra opção além dos atravessadores/marreteiros.	Instituto Peabiru.	Identificação de mercados alternativos e Oficina de Mercados Institucionais.
Peixe	Diminuição da quantidade e das espécies.	Presença de piratas;	Acionar o poder público para verificar estratégias de segurança no PAE.	Instituto Peabiru.	Encaminhar ofícios ao Ministério Público e entrar em contato Conselho de Segurança Pública.
		Aumento da população local e extrativismo do recurso no período do defeso.	Discutir acordos de pesca e estratégias para manutenção do recurso.	Assentados e Instituto Peabiru.	Oficina de boas práticas produtivas, abordando a temática do manejo do pescado.
	Ativação de tanques de piscicultura.	O grupo de mulheres existente dentro da AMTRAPESC propôs a criação de peixes.	Identificar quais são as mulheres, fazer uma reunião para ratificar a demanda. Verificar junto a associação se possível utilizar os tanque.	Grupo de mulheres que será mobilizado pela senhora Zelice.	Colocar o assunto em pauta durante a oficina de Boas Práticas Produtivas.

Camarão	Diminuição da quantidade e das espécies.	Uso de matapís com malha de tamanho inadequado e o número de apetrechos colocado por família.	Utilizar outras formas de uso do recurso natural.	Assentados e Instituto Peabiru.	Oficina de boas práticas produtivas, abordando a temática do manejo do camarão
	Diminuição do tamanho e da quantidade.	Extrativismo na período de reprodução das espécies.	Discutir sobre o manejo dos recursos naturais com as famílias extrativistas.	Instituto Peabiru e comunidade local.	Oficina de boas práticas produtivas, abordando a temática do manejo do camarão.

3.3. COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS

Em relação à comercialização, observou-se que a principal dificuldade está relacionada à segurança pública, assim como foi citado no tema “Atividades Produtivas”. Visto que, tanto as famílias têm receio de atravessar a baía para escoar a produção, quanto os marreteiros têm de adquirir a mesma na comunidade, pela frequência com que estes são abordados por piratas.

Outro problema citado foi a qualidade do pescado, que segundo os extrativistas é inferior, devido a conservação do mesmo, a qual é prejudicada pela dificuldade que as famílias têm de conseguir gelo para manter o peixe “fresco”.

Tabela 3: Plano de desenvolvimento da comercialização.

PRODUTO	PROBLEMAS IDENTIFICADOS	JUSTIFICATIVA	ENCAMINHAMENTOS		
			QUAIS SÃO AS AÇÕES NECESSÁRIAS PARA QUE ESTA DEMANDA SEJA SOLUCIONADA?	QUEM DEVE REALIZAR ESTAS AÇÕES?	COMO ESTAS AÇÕES DEVEM SER REALIZADAS?
Açaí	Qualidade dos frutos	O problema da seca do açaí afeta diretamente na comercialização, tanto pelo aspecto dos frutos quanto pela diminuição da quantidade disponível para venda.	Identificar as causas do problema	Instituto Peabiru	Fazer uma pesquisa em instituições como EMBRAPA e EMATER sobre esta fitossanidade.
	Perda da produção				
Peixe e Camarão	Diferença no preço de comercialização.	Diferença significativa no valor de venda da produção. Quando a produção é vendida para as famílias do assentamento tem valor acima do que é passado ao atravessador.	Discutir sobre o problema	Produtores e atravessadores	Reunião entre as partes envolvidas.
			Apresentar experiências que tiveram êxito.	Instituto Peabiru	Intercambio com produtores de Curralinho.
			Identificar outros tipos de mercado.	Instituto Peabiru	Oficina de mercados institucionais e contatos com empresas que consomem o tipo de produção.
			Verificar a situação do entreposto da pesca, localizado no Distrito de Icoaraci.	Instituto Peabiru	Buscar informações junto a Pastoral da Pesca.

4. AVALIAÇÃO DA OFICINA

Em relação à avaliação da atividade, esta foi considerada BOA por quase 100% dos presentes, conforme pode ser observado nas falas a seguir. Os extrativistas pontuam a forma de comunicação dos instrutores e a possibilidade de discutir as questões como pontos positivos das oficinas moderadas pelas equipes do Instituto Peabiru, fator que contribuiu também para que alguns sócios, que não participavam mais de ações mobilizadas pela AMTRAPESC, fossem motivados a participar e ter interesse pelas atividades da instituição.

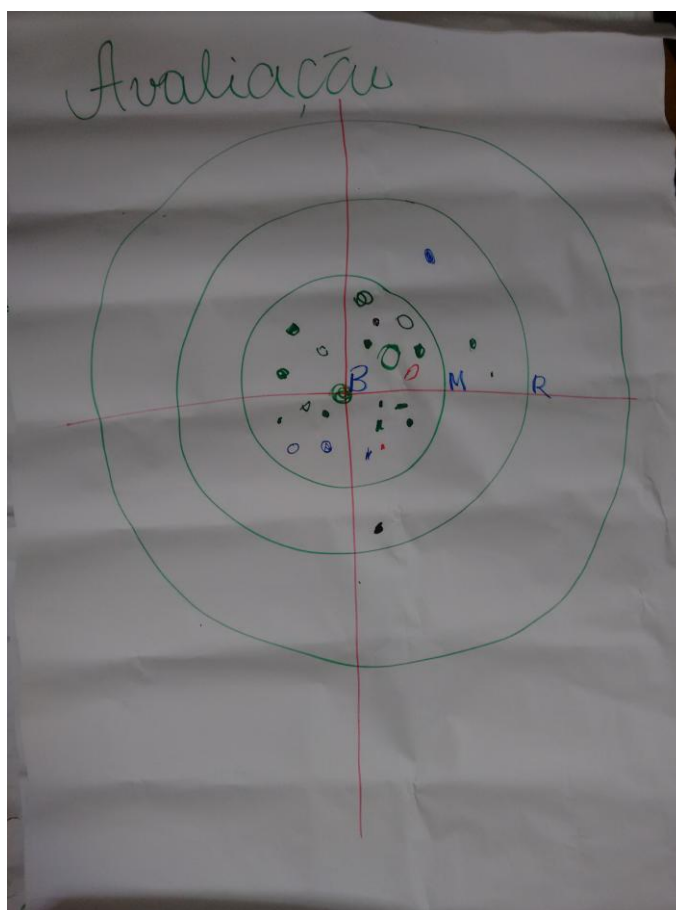


Figura 4: Avaliação da atividade.

5. CONCLUSÃO

Em relação à organização social, foi observado que há divergências entre alguns associados e a diretoria executiva, além de haver um problema crítico de comunicação entre os mesmos, visto que

os sócios que residem na área de terra firme, alegam não serem convidados para as atividades da associação, assim como para as atividades coletivas do projeto ATER.

No que diz respeito às dificuldades encontradas, é possível afirmar que a Segurança Pública é um fator que afeta desde a produção/extrativismo ao escoamento da produção, visto que é comum o roubo da produção do açaí das áreas manejadas pelas famílias, dos apetrechos de pesca, embarcações, além do dinheiro dos pescadores em situações de violência. Desta forma, para promover o desenvolvimento sustentável nesta região, há necessidade primeiramente de se garantir os direitos básicos como a segurança das famílias residentes, assim como, da instituição que presta serviço de assistência técnica as mesmas.